



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE GRADUAÇÃO DE PEDAGOGIA**

DAIANE ARAÚJO AQUINO BEZERRA

**O PAPEL, A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS
NÃO ESCOLARES: EXPERIÊNCIA SOBRE O ESTÁGIO CURRICULAR NA
DEFENSORIA PÚBLICA**

Tocantinópolis, TO

2022

Daiane Araújo Aquino Bezerra

**O PAPEL, A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS
NÃO ESCOLARES: EXPERIÊNCIA SOBRE O ESTÁGIO CURRICULAR NA
DEFENSORIA PÚBLICA.**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT) - Campus Universitário de Tocantinópolis para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Professor Dr. Joedson Brito dos Santos

Tocantinópolis, TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

A663p Araujo Aquino Bezerra, Daiane .

O papel, a importância e os desafios do pedagogo em espaços não escolares: : experiência sobre o Estágio Curricular na Defensoria Pública. / Daiane Araújo Aquino Bezerra. – Tocantinópolis, TO, 2022.

39 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2022.

Orientador: Joedson Brito dos Santos

1. Pedagogo. 2. Formação. 3. Pedagogia. 4. Atuação. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Daiane Araújo Aquino Bezerra

**O PAPEL, IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO
ESCOLARES: EXPERIÊNCIA DE VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO CURRICULAR NA
DEFENSORIA PÚBLICA**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis, curso de Pedagogia, foi avaliado para obtenção do título de Pedagogo, e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Joedson Brito dos Santos - Orientador (UFCEG e UFNT)

Prof^a. Dr^a Francisca Rodrigues Lopes – Examinadora (UFNT)

Prof^a. Ma Fernanda de Jesus Santos Brito - Examinadora (UNIMEP)

Prof^a. Esp. Cristiane de Oliveira Rosa - Examinadora (UFNT)

Este trabalho dedico em primeiro lugar a Deus, que é de onde vem, toda minha força de perseverar sempre na minha caminhada.

A minha mãe Antônia Alves, ao meu pai em vida, Antônio Aquino, meu querido esposo José Bezerra ao meu filho José Aquino.

A minha sogra e seu esposo em vida Francisca Silva, Ludugério Bezerra.

Ao meu irmão Carlos Araújo Aquino, que é um exemplo de superação mesmo acamado com pouca limitação não deixa de perseverar pela sua saúde.

Minhas cunhadas que sempre contribuíram com o cuidado do meu filho para que eu pudesse estudar: Helena Salame, Elieuda Bezerra, Elioneide Bezerra, Eliane Bezerra.

As minhas amigas Ângela Matos, Andressa Apinagé, Rejane Araújo, Marly Fernandes.

AGRADECIMENTO

Agradeço a UFNT por ter me dado a oportunidade de estudar em uma Universidade Federal.

Quero agradecer a todos os professores que fizeram parte da minha vida acadêmica, em especial meu orientador professor Dr. Joedson Brito dos Santos, que conduziu esse trabalho com muita paciência auxiliou para melhorar este trabalho, com muita excelência.

LISTA DE SIGLAS

CFPP	Centro De Formação De Professores Primários
DCNS	Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNCP	Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia
LDB	Lei das Diretrizes e Bases Nacionais
ONGS	Organizações Não-Governamentais
PCNS	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPC	Projeto Político do Curso de Pedagogia
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UNITINS	Universidade do Tocantins

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso de licenciatura em Pedagogia aborda sobre a atuação do pedagogo em espaços não-escolares e tem como objetivo central compreender como se dá o trabalho do pedagogo em espaço não-escolar, sua importância e desafios, a partir da narrativa autobiográfica, de vivências do estágio curricular na Defensoria pública do município de Tocantinópolis/TO, de uma pedagoga em formação. Para alcançar os objetivos deste estudo optamos por uma metodologia de cunho qualitativa com pesquisa de natureza bibliográfica e pesquisa narrativa, tendo a narrativa autobiográfica como estratégia metodológica. A construção de narrativa e o retorno as vivências de estágio na defensoria fundamentada na literatura acabam revelando que as experiências de estágio em espaço não-escolar foram significativas para a acadêmica. Ao mesmo tempo sua importância e desafios para atuação em espaços não escolares. Conclui-se que a atuação de pedagogo em espaços como a defensoria pública tem uma importância pela especificidade desse profissional no trato com as crianças, jovens e adultos e no foco da sua atuação, mais também requer muita preparação, boa formação para o trabalho de acompanhamento, orientação e auxílio das crianças que são encaminhadas para a Defensoria Pública de Tocantinópolis –TO, como também do trato da relação dessas com seus familiares e com a escola.

Palavras-chave: Pedagogo. Formação. Vivências. Pedagogia. Atuação.

ABSTRACT

The present Work of Completion of Degree in Pedagogy deals with the role of the pedagogue in non-school spaces and has as main objective to understand how the work of the pedagogue in non-school spaces, its importance and challenges, from the narrative autobiographical, of experiences of the curricular internship in the Public Defender's Office of the city of Tocantinópolis/TO, of a pedagogue in training. To achieve the objectives of this study, we opted for a qualitative methodology with bibliographic research and narrative research, having the autobiographical narrative as a methodological strategy and also with data source research. The construction of the narrative and the return to the internship experiences in the advocacy based on the literature end up revealing that the internship experiences in a non-school space were significant to understand the dimension of the scope of the pedagogue's performance and training to become a qualified professional in a career face challenges of social prestige and is undervalued. At the same time its importance and challenges for acting in non-school spaces. It is concluded that the role of a pedagogue in spaces such as the public defender's office is important due to the specificity of this professional in dealing with children, young people and adults and in the focus of their work, but it also requires a lot of preparation, good training for the follow-up work. , guidance and assistance for children who are referred to the Public Defender's Office of Tocantinópolis –TO, as well as dealing with their relationship with their families and with the school.

Keywords: pedagogue performance. non-school spaces. autobiographical narrative. curricular internship experiences. pedagogue in training

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A PEDAGOGIA E O PAPEL DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES.....	13
2.1 Breve histórico da Pedagogia.....	13
2.2 Aspectos legais e Atribuições do Pedagogo.....	15
2.3 O papel do pedagogo em espaços não-escolares.....	18
2.4 Histórico e importância da Pedagogia na UFT de Tocantinópolis.....	20
3 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ESPAÇOS NÃO-ESCOLARES E A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO.....	24
4 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ESPAÇOS NÃO-ESCOLARES A PARTIR DA NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA DE UMA PEDAGOGA EM FORMAÇÃO: APRENDIZADOS PARA A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO.....	27
4.1 Aspectos e percursos metodológicos.....	27
4.2 O <i>locus</i> do estudo/pesquisa: O Estágio Supervisionado em Espaços Não-Escolar no curso de Pedagogia UFT – Tocantinópolis.....	29
4.3 Minhas Narrativas sobre o estágio supervisionado em espaços não-escolares.....	31
4.4 A atuação do Pedagogo em espaço não-escolar: Defensoria Pública como espaço de atuação do Pedagogo: aprendizados para a formação do pedagogo.....	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

O presente texto é um Trabalho de Conclusão de Curso de licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e aborda sobre a atuação do pedagogo em espaços não-escolares. O estudo tem como objetivo central compreender como se dá o trabalho do pedagogo em espaços não-escolares, sua importância e desafios, a partir da narrativa autobiográfica, de vivências do estágio curricular na Defensoria Pública do município de Tocantinópolis/TO, de uma pedagoga em formação.

O interesse pelo tema nasceu durante a realização das disciplinas de estágio curricular supervisionado na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, particularmente, na etapa que é dedicada as vivências em espaços não-escolares. Desse modo despertou a curiosidade de conhecer mais sobre as atribuições do pedagogo na defensoria e em o tempo do estágio foi curto, porém o suficiente para despertar curiosidade sobre essa temática, ou seja, sobre quais as atribuições, importância e desafios do pedagogo naquele espaço.

Desse modo as Diretrizes Nacionais do Curso de Pedagogia e o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFT/UFNT/ de Tocantinópolis/TO, apontam que o pedagogo pode atuar em vários espaços, sejam escolares, sejam não-escolares. Ou seja, não está restrito ao trabalho de ensino em sala de aula, e não que isso seja algo menor ou simples. Mas o pedagogo pode está desenvolvendo trabalhos em várias outras áreas e campos de atuação, como na saúde, empresas, em Organizações Não- Governamentais (ONGS), na área jurídica e na área social.

Sobre esse último aspecto Sousa e Ferreira (2014), enfatizam que a atuação do pedagogo em espaços não-escolares possui muitas possibilidades, principalmente pelo fato de que realiza acompanhamentos com as crianças, famílias, tem relação com as escolas e assim ele deixa de ser aquele profissional pronto para atuar em salas de aula. Desse modo, abordar sobre essa temática pode contribuir para fortalecer o debate, os estudos e pesquisas sobre a importância da formação e atuação do pedagogo para os espaços não- escolares. Mesmos porque os processos educativos, formativos e pedagógicos, que envolvem acompanhamento orientação, educação, orientação de jovens, crianças e adultos estão presentes e acontecem nos mais diversificados espaços e instituições sociais.

Assim, analisar esse tema a partir de minhas vivências se faz desafiador e instigante principalmente pelo fato de que em minha compreensão como deve acontecer em muitas outras pessoas, o trabalho do pedagogo parecia se limitar a sala de aula. Fazer esse percurso de pesquisa, de descoberta e de socialização de minhas vivências analisadas não foi fácil. Foi algo

novo pois exigiu retornar ao que vivi e reler a partir dos estudos sobre a pedagogia e sobre os estudos sobre o estágio em espaços não-escolares.

Assim o trabalho dos pedagogos nos espaços não-escolares, hospitais, empresas, Organizações Não- Governamentais (ONGS), tem a cada dia ocupado mais ambientes de discussão, tendo em vista que, existe no mercado mais necessidade desse profissional nesses espaços não-escolares, no entanto tem-se ainda a concepção de que o pedagogo apenas pode atuar em sala de aula e isso deve ser mais colocado em evidência para que os mesmos possam compreender o significado e importância do seu trabalho.

Portanto a problemática é quais as atribuições do pedagogo na Defensoria Pública de Tocantinópolis - TO? Assim, levantar esse questionamento é importante, pois fará com que possamos entender a relevância dos pedagogos nesses outros espaços, haja vista que, essa pesquisa vem auxiliar na compreensão dessa questão podendo assim contribuir para outros futuros estudos não somente para o curso de Pedagogia.

A metodologia utilizada é de cunho qualitativa, com pesquisa bibliográfica e pesquisa narrativa, tendo a narrativa autobiográfica como estratégia e método de pesquisa, como os autores como Prado, Morais e Araújo. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da leitura de periódicos, livros, artigos e fichamentos de textos. Em seguida foi realizada a pesquisa narrativa a partir da construção de narrativa autobiográfica de minha experiência de estágio em espaços não-escolares no curso de Pedagogia na UFT no Campus de Tocantinópolis.

O presente texto monográfico está estruturado em dois capítulos considerando esta breve Introdução. O Primeiro capítulo traz a pedagogia e o papel do pedagogo em espaços não-escolares; o segundo capítulo aborda sobre o estágio supervisionado em espaço não-escolares e a formação do pedagogo; o terceiro capítulo traz sobre o estágio supervisionado em espaços não-escolares a partir da narrativa autobiográfica de uma pedagoga em formação; aprendizados para a formação do pedagogo e as Considerações Finais.

2 A PEDAGOGIA E O PAPEL DO PEDAGOGA EM ESPAÇOS NÃO-ESCOLARES

2.1 Breve histórico da Pedagogia

O curso de Pedagogia no Brasil foi criado em 1939, com o decreto-lei nº 1.190/39. Esse tinha como característica preparar técnicos em assunto da educação, contudo o profissional poderia fazer três anos de pedagogia e mais um ano de didática e poderia atuar no magistério, com a formação de educadores para educação básica. Esse sistema ficou chamado 3+1. A formação não estava direcionada a atuação na educação infantil e no ensino fundamental, como conhecemos hoje, mesmo porque essa estrutura da educação básica é recente, e até 1996 a educação infantil nem fazia parte da estrutura da educação básica obrigatória.

Ou seja, o curso de pedagogia formava bacharéis e não licenciados para a docência, por isso, teria que fazer um ano de Didática se quisesse atuar com licenciatura. Como ainda não tinha muitos lugares de atuação, muitos faziam o esquema 3+1. Esse processo vai trazer para o curso uma dificuldade com sua identidade pois não ficava claro sobre sua formação e atuação. Esse processo, sofre atuação ao longo da história do curso, mas de acordo com Rosa e Silva (2015) só será alterado mesmo a partir da LDB de 1996 (Lei nº 9.394/1996), que dará início “a um amplo processo de reorganização curricular das licenciaturas”.

Vale destacar que, os anos de 1930, marcam um período de muitas mudanças e tensões na sociedade brasileira, em todas as dimensões, assim também com o campo da educação. Temos o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, a Constituição Federal de 1934, as reformas educacionais e a primeira iniciativa de um Plano Nacional da Educação. Mas em 1937 tivemos, a ditadura do Estado Novo e com isso a interrupção nos avanços que vinham acontecendo na educação.

Sobre esse processo Gallo (2009), ressalta que o mesmo atendia à proposta universitária profissionalizante porque foi criado em um cenário de forte repressão à educação, logo após o golpe de Vargas que instituiu o ‘Estado Novo’ em 1937. Contudo este profissional não tinha um lugar definido para atuar, pois não tinham muitos postos de trabalhos para o pedagogo, como técnico, bacharel. Também, não tinha uma identidade bem definida e estava apenas começando, mas também porque a área da educação ainda estava se estruturando e por isso não tinha muito espaço para a atuação deste profissional.

Dando continuidade surgiu o Decreto-Lei nº 9.092 de 26 de março de 1946, que tentou extinguir o sistema 3+1, que foram implantados em 1939 sendo destacado logo acima, tendo

em vista que esse sistema visava à formação de bacharéis e licenciados para várias áreas, inclusive o setor pedagógico. Com duração de 3 anos era formado o bacharel, para a formação do licenciado era acrescentado mais um ano de didática, passando a ser conhecido como o esquema 3+1.

De acordo com Borges et al (2021, p. 03):

Os anos de 1960 foram de intenso crescimento industrial, além de novos hábitos de consumo, urbanização, mobilização popular pela democracia, demanda de mão de obra qualificada e vínculo da educação com o mercado de trabalho. Neste cenário de economia e educação de cunho liberal, no qual o ensino passa a ter caráter tecnicista e se subordina à produção introduzindo a divisão do trabalho no ambiente escolar, o professor Conselheiro Valmir Chagas colaborou com a intensa reforma da educação implementada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4024/1961.

Nesse sentido o ensino passou para um caráter tecnicista e isso se deu basicamente pelo fato de que o país estava começando a vivenciar um crescimento industrial. Mas também o crescimento da discussão sobre a superação dos péssimos indicadores educacionais, o enfretamento do analfabetismo e do acesso à escola. Também isso abriu oportunidades para a área da educação e nesse contexto tivemos reformas educacionais e a implantação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4024/1961. Também podemos destacar que nesse contexto com o auxílio do professor Conselheiro Valmir Chagas que redigiu o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 251/1962 que propunha a alteração do currículo do curso de pedagogia como forma de enfrentamento do problema de identidade do curso. Apontava-se “para a necessidade de, no futuro, de que a formação da professora primaria se desse em nível superior”(ROSA; SILVA, 2015, p.133).

Como bem salienta Scheibe; Durlí (2011, p.90) “o bacharelado preparando o técnico em educação e a licenciatura formando o professor para o magistério no ensino secundário e normal”. Assim nota-se que nos anos de 1970 ficou formulado a proposta de 1939, ou seja, a 3+1 e assim houve um retrocesso no curso de Pedagogia, pois como fora falado anteriormente o sistema 3+1 tinha como proposta 3 anos de bacharelado e 1 ano de didática, sendo também caracterizado por estudo em disciplinas específicas e assim era concluída a licenciatura.

Na década de 1970 ainda havia dissenso sobre a identidade do curso de Pedagogia e sua possível extinção, vários movimentos começaram a pensar a questão. Foram anos de intensas discussões e embates políticos em torno da formação do pedagogo, que geraram uma série de documentos legais chamados de ‘Pacote Pedagógico’, traçando normas para todos os cursos de licenciatura. Porém, o pacote foi recebido pelos educadores como mais uma “arbitrariedade do poder que desconhecia a práticas, os estudos e as pesquisas” do campo educacional, assim, o Pacote descaracterizava ainda mais a profissão do pedagogo (BRZEZINSKI 2006 *apud* RIBEIRO; MIRANDA, 2009, p.6).

Ou seja, segundo Brzezinski (2006) *apud* Ribeiro; Miranda (2009), na década de 70 ainda muito se debatia a respeito da falta de identidade do curso de Pedagogia e devido a isso ocorreu ideias sobre possível revogação o que levou muitos movimentos pensarem sobre essa temática e a partir dessas discussões houve o surgimento do Pacote Pedagógico que tinha normas que incluía todas as licenciaturas. No entanto esse pacote como fora destacado não foi aceito pelos educadores que o classificaram como uma arbitrariedade desconsiderando a profissão do pedagogo.

Em meio a tantas discussões foi estabelecido pelo Conselho Federal de Educação (CFE) nº 252/69 e a Resolução n. 2/1969 que vigorou até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394 de 1996. Sendo que essa década ficou caracterizada por inúmeras reformas educacionais no país e sob uma tendência neoliberal foram criados Institutos Superiores de Educação (ISE) com vistas a formar docentes para atuar nos anos iniciais da educação.

O objetivo das Diretrizes e Bases da educação 9.3.94/96 era estabelecer uma base comum para os cursos de Pedagogia, que segundo Gallo (2009) deveriam adotar as diversas concepções metodológicas da Pedagogia, mantendo relação entre teoria e prática além de ter à docência como base da formação. Para Saviani (2008, p. 644) o curso “deveria ser um ambiente rico, intenso, e exigente de estímulo intelectual, que retomasse os clássicos, acolhesse os jovens e os colocassem em processo de formação”. Assim o curso de Pedagogia tinha como marco central o estabelecimento entre as várias concepções metodológicas oportunizando dessa maneira estudos que atrelassem teoria e prática e principalmente aspectos relativos à docência, ou seja, contribuições neste elemento, pois a pedagogia engloba praticamente todas as áreas e nesse sentido forma um profissional qualificado para atender as necessidades da educação desde o maternal até o fundamental.

2.2 Aspectos legais e Atribuições do Pedagogo

Nesse tópico abordaremos a respeito das atribuições do Pedagogo, bem como os aspectos legais que respaldam o seu campo de atuação. O curso de Pedagogia como foi apresentado anteriormente passou por diversas situações para que pudesse ser reconhecido e ter a sua identidade e isso não foge ao pedagogo que notamos ser considerado como polivalente ou seja, que é capaz de executar inúmeras tarefas.

Borges *et al* (2021, p. 15) considera sobre o curso de Pedagogia:

Consideramos que, mesmo em meio a dissensos e debates, as mudanças políticas e curriculares do curso de Pedagogia são fundamentais para a construção histórica da sua identidade e atuação profissional do egresso, entretanto, faz-se necessária uma análise crítica dos documentos para que as contradições não acarretem retrocessos às lutas históricas pela qualidade da formação e valorização profissional.

Nesse contexto de tantas discussões e mudanças que ocorreram no decorrer do curso de Pedagogia pontuamos que estas foram determinantes para a construção da identidade, pois foi por meio de tais que se pôde analisar o que era viável e que ia de encontro as propostas do curso.

Diante dessa problemática em se definir qual a identidade do pedagogo surgiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia (DCNCP) que tinha como premissa resolver essa questão, no entanto devido às políticas para educação de caráter neoliberal, não foi possível a implantação. Com relação a isso Borges *et al* (2021, p. 9) pontua que:

Paternella e Galuch (2012) discorrem sobre o trajeto das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (DCNCP): o Parecer 05/2005 e a Resolução 01/2006. Diante de tantos conflitos ideológicos as entidades representativas do Movimento dos Educadores (ANFOPE, CEDES e ANPED) elaboraram o documento “A Definição das Diretrizes para o curso de Pedagogia” e o enviaram ao CNE, porém o documento foi ignorado e substituído pelo Parecer CNE/CP 05/2005, aprovado com unanimidade. Esse fato reacendeu os debates em torno da formação do Pedagogo, assim, as diretrizes não alcançaram seu objetivo de encerrar as discussões acerca do assunto.

Como podemos observar houve uma discordância quanto aos documentos, pois de início foi elaborado as Diretrizes para o curso de Pedagogia, no entanto não foi aceito e mediante isso tiveram muitos debates a respeito do tema.

Segundo Borges *et al* (2021, p. 10) o Parecer 05/2005 traça o perfil do licenciado em Pedagogia e as dimensões das atribuições:

Docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos;
Gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação;
Produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional (BRASIL/CNE/CP 5/2005).

Como se pode perceber na citação acima temos as atribuições dos pedagogos, sendo que se pode notar que são inúmeras e, portanto, o mesmo pode atuar em outros espaços além da sala de aula. Dando continuidade a formação do pedagogo que se forma como um profissional polivalente, que executa muitas atribuições, sendo que é responsável desde a educação infantil até a EJA e também perpassando pelos espaços não-escolares. Com relação a gestão educacional este também pode atuar nessa área sendo que para isso é necessária uma especialização para atuação nesse espaço

Neste contexto notamos que o Parecer 05/2005 elencou três campos específicos de atuação do pedagogo; à docência que englobava a Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, algumas disciplinas do Ensino Médio e Educação Profissional. No que se refere a gestão as atribuições eram de planejamento, administração, coordenação, acompanhamento, avaliação de projetos pedagógicos, análise, formulação implementação, acompanhamento de políticas públicas e institucionais. E a produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional. Desse modo o documento traz as atribuições do pedagogo como pode-se notar são várias desde a docência que se inicia no berçário até produção científica, sendo que não é limitado, mas responsável por toda a educação infantil e anos iniciais.

Assim o documento ressalta em seus incisos IX, XII, XIII, XIV traz as atribuições do pedagogo:

- IX - Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não escolares;
- XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas (BRASIL/CNE/CP, 2006).

Dessa maneira consegue-se perceber que de acordo com a citação acima que o pedagogo tem uma pluralidade de atribuições e possibilidades de atuação e possui uma formação que envolve um vasto conhecimento teórico e prático e isso faz parte de sua formação que envolve docência, gestão e pesquisa. Nessa perspectiva por meio da experiência ao qual vivenciei na

Defensoria pode notar que o pedagogo desenvolve as atribuições que são de acordo com sua função nesse espaço, bem como outras que são relativas a formação do mesmo.

Desse modo o pedagogo deve ter domínio da pesquisa, pois assim poderá espalhar o conhecimento que produz e isso Saviani (2008, p.653) esclarece: “ao mesmo tempo em que estou formando o docente para a escola, estou formando os intelectuais para refletirem sobre a escola”. Nessa perspectiva o pedagogo como sendo profissional com formação polivalente tem sua base formativa três aspectos que deve levar em consideração e, principalmente, a pesquisa e por ser um aspecto que muitas vezes fica esquecida devido as várias demandas e obrigações da atividade docente na escola. Porém, é importante lembrar que essa dimensão deve fazer articulação entre docência, gestão e pesquisa.

2.3 O papel do pedagogo em espaços não-escolares

O papel do pedagogo nos espaços escolares e não-escolares, como fora destacado anteriormente tem que ter por base a docência, a gestão e a pesquisa, sendo então considerado um profissional polivalente e mas nesse tópico queremos nos atentarmos sobre a inserção e o trabalho do Pedagogo nos espaços não-escolares.

Um primeiro aspecto a se destacar que o Pedagogo lida com situações de aprendizagem e nesse sentido é válido destacar que o processo de aprendizagem pode ocorrer nos mais variados espaços, porém para isso acontecer é necessário que o profissional tenha preparo para lidar com a prática pedagógica. Nesse sentido a Resolução CNE/CP no 1/ 2006 em seu Art.5º evidencia que: O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a: IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo (BRASIL, 2006, p. 88).

Conforme o que se pode constatar o pedagogo está habilitado para atuar em espaços não escolares se ocupando com a promoção e cuidado com a aprendizagem nos mais variados aspectos, nas diferentes fases do desenvolvimento das pessoas, nos diferentes níveis da educação, etapas e modalidades de ensino. Nos espaços não-escolares podem ser desenvolvidos atividades que envolvem trabalho em equipe, estratégias, planejamento, formação, pessoal e profissional, orientação e coordenação.

A respeito dos espaços não-escolares Moreira; Freitas (2021, p. 10) esclarecem:

Mediante as novas demandas sociais, tem-se visto e encontrado pedagogos em hospitais, ONGs, empresas, emissoras de transmissão, associações e outros. Diante disso, percebe-se que o campo de atuação do pedagogo tem adquirido um novo cenário o que permite e possibilita a quebra de paradigmas dentro de sua formação, sendo assim o pedagogo passa a atuar com profissionais de outras áreas, em que muitas vezes pode encontrar conflitos que precisam ser superados para que a educação aconteça de forma significativa.

Com relação as novas demandas os pedagogos podem ser encontrados em ONGs, empresas, hospitais, emissoras de transmissão, associações e dentre outros e isso faz com que se haja uma ruptura nos paradigmas dentro mesmo de sua própria formação e assim pode atuar em outras áreas. Contudo observamos ainda a ausência desses profissionais nesses ambientes, pois apesar de ser um espaço em que é necessário presenciamos que infelizmente não há ainda a obrigatoriedade e devido a isso temos um retrocesso no que se refere ao pedagogo no espaço não-escolar.

Fazendo uma reflexão sobre os campos de atuação do pedagogo nos espaços não-escolares Severo (2017, p.10) acrescenta que:

A dimensão profissional incorporada ao trabalho se refere à abordagem dos saberes, habilidades e práticas mobilizadas por pedagogos que atuam ou atuaram no campo da ENE. Os dados revelam um mosaico diversificado de práticas, classificadas de acordo com três categorias criadas: educação socio comunitária, educação laboral ou organizacional e educação especializada em instituições de saúde.

Essa dimensão ao qual Severo (2003) se refere elenca três categorias em que o pedagogo que trabalha no espaço não-escolar pode estar inserido, sendo que segundo o que podemos notar estão ligadas a questão comunitária, ao laboral ou organizacional e a outra se relaciona a instituições de saúde e mediante isso destacamos que é um espaço limitado e isso não pode ocorrer tendo em vista que existe outros ambientes aos quais os pedagogos podem atuar.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que define a concepção de educação e a fundamenta como “[...] processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil a nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996, Art.1).

Segundo a LDB 9394/96 essa educação não escolar tem como fundamento e desenvolvimento principalmente na família, no convívio com os outros indivíduos, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, organizações sociais e nas manifestações culturais. Cabe ao pedagogo se atentar também para esses outros espaços aos

quais ele pode atuar, pois infelizmente o que podemos evidenciar ainda é que não há a presença de pedagogos nesses espaços não-escolares.

Nesse contexto sobre o papel do pedagogo nos espaços não escolares Moreira, Freitas (2017, p. 10) argumentam:

Para tanto, na execução do trabalho em espaços não-formais, exigem-se algumas especialidades, tanto na sua formação, quanto em sua atuação, direta ou indiretamente relacionado aos processos de transmissão e absorção dos saberes. Dessa forma, os desafios tornam-se enormes diante da realidade em que está incluído, devido as demandas das novas gerações.

Salientando mais um pouco percebemos que o pedagogo enfrenta muitos desafios que estão ligados a esses espaços não-escolares como por exemplo de formação e especialidades, que a mesma mão tem e mediante isso torna-se um problema, pois como está em uma outra realidade as demandas são diferentes e exigem deste profissional formações adequadas para esse contexto.

2.4 Histórico e importância da Pedagogia na UFT de Tocantinópolis

O curso de Pedagogia do Campus de Tocantinópolis assim como os demais do país sofreu muitas modificações e revisões em sua estrutura isso pode ser observado quando nos debruçamos sobre o Projeto Político do Curso que foi sendo modificado com o passar dos anos sendo acrescentado e retirado aspectos que iam ou não de encontro as necessidades do referido curso.

O Campus de Tocantinópolis teve origem em 1970 como Centro de Formação de Professores Primários (CFPP) Em 1990, o CFPP interrompeu suas atividades de habilitação e formação de professores para a educação básica, transferindo parte de sua estrutura física e mobiliária para a recém-criada Universidade do Tocantins (UNITINS). Já o curso de Pedagogia de Tocantinópolis

[...] iniciou suas atividades em regime regular, anual, em 1991 com uma turma, a qual formou em 1994. A partir de 1995 passaram a ingressar duas turmas: uma no período matutino e outra no período noturno. A partir de 1997, o Campus começou a discutir a elaboração de uma proposta curricular semestral para o curso. Essa nova estrutura entrou em vigor em 1999, passando o curso de Pedagogia a formar professores habilitados apenas para atuar na docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. (Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, 2019, p.34)

Dessa maneira pode-se notar que o curso teve seu início regular somente em 1991 e em 1995 ingressou duas turmas sendo uma no período matutino e a outra no noturno. Em 1997 o campus começou a elaborar a sua própria proposta curricular e está só vigorou a partir de 1999, formando pedagogos professores com habilitação para atuarem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

O Campus de Tocantinópolis, discutiu amplamente a reformulação curricular do curso de Pedagogia com habilitação em Administração Educacional, a partir de o 2º semestre de 2003, seja em reuniões do colegiado do curso, nas atividades de planejamento do semestre, nas visitas do Reitor e da Pró-Reitora de Graduação ao Campus e nos seminários internos promovidos pelos alunos e professores. Nessas atividades, discutiu-se o tema da necessidade de inserção da Docência como base central da formação, como também a proposta de fusão do curso Normal Superior com a Pedagogia.

Sobre esse último aspecto o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade (PPC) (2007, p.12) pontua:

A polêmica gerada pelas diretrizes do novo Curso de Pedagogia trouxe a compreensão de que se poderia separar as atividades de formação das atividades de produção de conhecimento. Os Decretos 3.276/99 e 3.554/2000, as Resoluções 01/99, 01/2002, 02/2002 e o Parecer 133/2001 reforçam essa dicotomia, isto é, um curso para formar professores e outro para formar gestores.

Nesse contexto de discussão evidencia-se que as diretrizes do curso de Pedagogia trouxeram muitas inquietações, pois separava a formação da produção do conhecimento, ou seja, havia dois momentos para formar professores e outro para formar gestores. Falando a respeito da importância do curso de Pedagogia este possibilita no seu processo educativo reflexões, críticas e experiências, pois agrega diversos campos como a filosofia, a antropologia, ciências naturais, psicologia, artes, sociologia, letras, política e economia e mediante isso notamos a grande relevância da pedagogia não somente para aquele que se forma como um pedagogo como também para a sociedade em especial a que estamos nos referindo, ou seja, a tocantinopolina que há muito tempo tem um curso tão importante para a formação do cidadão.

Seguindo com o histórico do curso de Pedagogia de Tocantinópolis no mês de julho de 2004, em reunião da PROGRAD com alunos, professores e coordenadores, apreciou-se e aprovou-se a nova estrutura curricular na qual fixava-se a fusão dos cursos Normal Superior e Pedagogia, ficando, portanto: Pedagogia com habilitação em Administração Educacional e Docência dos Anos Iniciais, e Pedagogia com habilitação em Administração Educacional e

Docência em Educação Infantil. Atualmente abrem-se vagas para vestibular anual com duas entradas: uma para o primeiro e outra para o segundo semestre em cada ano.

Segundo o Manual de Estágio, que está no anexo do PPC (2007, p. 105) As Diretrizes Norteadoras para a reformulação dos Projetos Políticos-Pedagógicos dos cursos de Pedagogia da UFT estabelecem que as 300 horas de Estágio Supervisionado serão dedicadas prioritariamente às “atividades de docência em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, articuladas à Gestão de Processos Educativo-Pedagógicos e à Pesquisa Educacional” (2006, p. 01).

Conforme as DCN (2006, p. 15),

O Estágio curricular que deverá ser realizado, ao longo do curso, em Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em disciplinas pedagógicas dos cursos de nível médio, na modalidade Normal e/ou de Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar, ou ainda em modalidades e atividades como educação de jovens e adultos, grupos de reforço ou de fortalecimento escolar, gestão dos processos educativos, como: planejamento, implementação e avaliação de atividades escolares e de projetos, reuniões de formação pedagógica com profissionais mais experientes será de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares, que amplie e fortaleça atitudes éticas, conhecimentos e competências, conforme o previsto no Projeto Político-Pedagógico do curso.

Assim evidenciamos que segundo o PPC o estágio é visto como o tempo de aprendizagem, onde irá ter a oportunidade da prática e dessa maneira aprender o que estudou em sala de aula, sendo que também é concebido como uma relação pedagógica entre uma pessoa formada e outra em processo de formação, ou seja, tem-se uma troca de aprendizagens e por isso é chamado de estágio supervisionado, onde se tem a supervisão de alguém já habilitado.

De acordo com o que se pode perceber o campo de atuação do pedagogo é bem extenso perpassando desde a Educação Infantil até na produção de conhecimento, sendo que no momento do Estágio o futuro educador tem a oportunidade de vivenciar as mais incríveis experiências que certamente contribuirão para a sua carreira docente e falando mais especificamente sobre os espaços não-escolares estes possibilitam outras vivências ao pedagogo. Sendo importante ressaltar que o estágio ao qual realizei foi com base no PPC de 2007 e a estrutura mudou no decorrer dos anos, tendo em vista que o mesmo foi reformulado em 2019 e mediante isso a disciplina de estágio se destaca como uma das principais para a formação do pedagogo, pois terá a oportunidade de vivenciar em especial o qual escolhi como pesquisa os espaços não escolares.

Vale ressaltar que na Disciplina Projeto de Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Educação do Campo e Educação Não-Escolar destacam a abordagem do tema

da atuação em espaços não escolares. Sobre tudo a Disciplina Educação Não-Escolar. Esta última tem a seguinte ementa:

Estudo dos processos e práticas socioeducativas desenvolvidas pelos movimentos sociais, pelas instituições de assistência social e filantrópicas, ONG, entidades e associações e demais instituições não-escolares do setor produtivo do “Sistema 5 S” e o protagonismo das minorias. Estudo do grupo e da interação social como constituintes do ser humano como ser social, enfatizando os fundamentos e dimensões do comportamento organizacional, analisando o comportamento individual e o comportamento social com ênfase sobre o impacto da organização sobre os indivíduos, enfocando a função social do pedagogo na articulação do conhecimento e das ações no âmbito da educação não-escolar.

Sendo assim o PPC traz elementos importantes sobre e para a formação e atuação do pedagogo nos espaços não-escolares que talvez ao longo do curso possam não terem sido suficientemente explorados ou articulados.

Assim evidenciamos que segundo o PPC o estágio é visto como o tempo de aprendizagem, onde irá ter a oportunidade da prática e dessa maneira aprender o que estudou em sala de aula, sendo que também é concebido como uma relação pedagógica entre uma pessoa formada e outra em processo de formação, ou seja, tem-se uma troca de aprendizagens e por isso é chamado de estágio supervisionado, onde se tem a supervisão de alguém já habilitado.

3 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ESPAÇOS NÃO-ESCOLARES E A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO

O estágio supervisionado é uma parte do currículo muito importante na formação do futuro professor porque é a oportunidade de experimentar e realizar, na prática, o conhecimento teórico adquirido no decorrer da nossa formação acadêmica. No entanto, a apreensão e a ansiedade no início são normais, devido à pouca experiência, a responsabilidade de realizar um bom trabalho. Portanto, nosso objetivo é justamente esclarecer as atribuições do pedagogo nos espaços não-escolares. Diante disso estágio é visto como um instrumento imprescindível, na vida dos profissionais, proporciona ao estagiário o contato com a realidade na qual o mesmo atuará, se caracteriza como um espaço que possibilita vários aprendizados, visto que não basta apenas possuir a teoria, mas também colocar na prática, ou seja, as metodologias que farão com que esse futuro professor desempenhe sua carreira docente. Segundo Pimenta (2009) o estágio supervisionado é tido como um espaço de convergências das experiências pedagógicas vivenciadas ao longo do curso, ou seja, nesse momento o pedagogo irá ter a possibilidade de colocar em prática o que aprendera na academia.

Concordamos com Libâneo (1999, p.30-31) quando afirma que:

[...] o curso de Pedagogia deve formar o pedagogo *stricto-sensu*, isto é, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas socioeducativas sempre com a contribuição das demais ciências da educação, sem restringir sua atividade profissional ao ensino, dedicando-se a atividade de pesquisa, documentação, educação especial, gestão de sistemas escolares e escolas, coordenação pedagógica, etc.

Diante disso a formação do pedagogo é de suma importância, tendo em vista que, deve ser qualificado para exercer tal função, pois a Pedagogia abrange todas as áreas do conhecimento e assim o pedagogo se torna um polivalente, no entanto não se deve ater somente à docência, deve sempre ir em busca de mais qualificações, ou seja, de pesquisas que venham contribuir para a sua formação.

Falando mais a respeito da formação do pedagogo Pimenta (2010, p. 05) enfatiza que:

A formação do professor, por sua vez, se dará pela observação e tentativa e reprodução dessa prática modelar, como um aprendiz que aprende o saber acumulado. Essa perspectiva está ligada a uma concepção de professor que não valoriza sua formação intelectual, reduzindo a atividade docente apenas a um fazer que será bem-sucedido quanto mais se aproximar dos modelos observados.

Com relação a formação do professor pode-se constatar que está se dar através de observação e de reprodução da prática docente, pois é como um aprendiz que vai aprendendo com o tempo, ou seja, a teoria aprendida na Universidade é colocada em aprendizagem, contudo deve-se mencionar a questão de que muitos educadores se limitam apenas a sala de aula e exerce com excelência. Portanto Pimenta e Gonçalves (1990) consideram que a finalidade do estágio é propiciar ao aluno uma aproximação a realidade na qual atuará.

No que tange ao estágio supervisionado nos espaços não-escolares Filho (2010, p. 03) considera que: “O estágio supervisionado vai muito além de um simples cumprimento de exigências acadêmicas. Ele é uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional. Além de ser um importante instrumento de integração entre universidade, escola e comunidade”. Nota-se que o estágio supervisionado não se limita somente a sala de aula, mas principalmente aos espaços não-escolares que são outra possibilidade de trabalho para os pedagogos.

Assim destaca Vasconcelos (2012, p. 11) sobre o estágio:

Certamente, o Estágio em Contextos Não Escolares trará diversas contribuições para a sua formação, propiciando a sua inserção na realidade de diferentes instituições e a possibilidade de desenvolvimento de um conhecimento mais aprofundado sobre as práticas do pedagogo em contextos distintos da escola [...]

Dessa maneira o estágio em espaços não escolares possibilita muitas contribuições para a formação do pedagogo, pois faz com que tenha experiências em outros lugares, em outras realidades e assim faz com que amplie os seus conhecimentos aprofundando cada vez mais as suas práticas pedagógicas em contextos que não são a escola e assim podemos afirmar a importância do trabalho nos espaços não escolares.

Dando continuidade à discussão Libâneo (2001, p. 11) analisa que:

O pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica.

Concordamos com Libâneo a respeito das atribuições do pedagogo que atua em várias instâncias sendo de modo direto ou indireto, principalmente relacionados a docência, organização, supervisão, coordenação e, no entanto, esquece que pode adentrar em outros espaços, como empresas, Ongs, hospitais e outros, sendo que pode ser bem mais trabalhada nas universidades essa questão dos pedagogos em outros espaços para que assim possa realmente conhecer onde pode atuar fora do ambiente escolar.

Nesse contexto Filho (2010, p. 02) destaca sobre a formação do pedagogo:

A formação do professor é um processo que transpõe os limites das salas de aula das universidades, ela não é composta apenas do arcabouço teórico adquirido durante a graduação, mas fazem parte desse processo todas as experiências e práticas vivenciadas pelo profissional durante a sua prática docente. Deste modo, tanto o aprender a profissão docente quanto dar continuidade a mesma faz parte do cotidiano do professor. É dessa forma que o profissional conseguirá sempre fazer a ligação entre teoria e prática.

O pedagogo pode atuar em outros espaços como já fora ressaltado no decorrer do trabalho monográfico, pois essa formação ultrapassa os limites da sala de aula e não está limitada somente a teoria aprendida durante a graduação, ou seja, a prática se torna fundamental para essa profissão justamente pelo fato de que abrange muitas áreas do conhecimento e também em outros espaços que não seja a escola.

Parafrazeando Santos e Meneses (2016) faz-se necessário também que, as próprias universidades, faculdades e institutos que ofertam a Licenciatura em Pedagogia explorem esses ambientes de possíveis atuações, aprimorando as atividades de estágios supervisionados em espaços não escolares, desenvolvendo propostas de intervenções, oferecendo suporte teórico para os que adentram inicialmente no curso, fazendo-o com que percebam essa diversidade de áreas de atuação do pedagogo.

4 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES A PARTIR DA NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA DE UMA PEDAGOGA EM FORMAÇÃO: APRENDIZADOS PARA A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO.

Neste capítulo apresento o estudo e pesquisa que teve como objetivo compreender como se dá o trabalho do pedagogo em espaços-não-escolares, sua importância e desafios, a partir da narrativa autobiográfica, de vivências do estágio curricular na Defensoria Pública do município de Tocantinópolis/TO, de uma pedagoga em formação. No primeiro momento trago os aspectos metodológicos da pesquisa, no segundo as narrativas começando com uma descrição do contexto e locus do estudo e em seguida trazendo as minhas narrativas sobre o estágio supervisionado em espaços não-escolares na Defensoria Pública de Tocantinópolis- TO, bem como algumas análises.

4.1 Aspectos e percursos metodológicos

Para alcançar os objetivos deste estudo optamos por uma metodologia de cunho qualitativa, com pesquisa de natureza bibliográfica e pesquisa narrativa, tendo a narrativa autobiográfica como estratégia metodológica e também como de fonte de dados. Desse modo podemos conceituar a narrativa de acordo com AGUIAR FERREIRA, 2021, p. 3):

Escolhemos olhar para as narrativas pois “há um forte componente no ato de narrar que” [...] “requer tomada de posição e implicação naquilo que foi vivido e é contado:” narrar pressupõe o outro, o interlocutor. Escrevemos sobre acontecimentos comuns dando a eles destaques incomuns, falamos do que pode parecer corriqueiro, atentando ao que há de fantástico. Narrar é também fazer escolhas, colocar em palavras “representações e expectativas.

Nessa perspectiva a importância da narrativa como método de pesquisa se dá principalmente como bem explicita os autores se dá pelo fato de que é algo que foi vivenciado por quem está escrevendo, ou seja, foi uma experiência que também requer tomada de decisão e posição, sendo também acontecimentos ligados a algo corriqueiro e assim demanda escolhas a serem tomadas.

Usando as palavras de Josso (2007) *apud* Moraes; Prado, Araújo (2021, p. 35 e 36).

Concordamos que “as narrações centradas na formação, ao longo da vida, revelam formas e sentidos múltiplos de existencialidade singular-plural, criativa e inventiva do pensar, do agir e do viver junto”. Um exercício “transformador de si, ligado à narração das histórias de vida e a partir delas”.

Assim entende-se que as narrativas ligadas a formação é algo que demanda um processo de transformação e que também exige subjetividade, ou seja, deve narrar os acontecimentos vividos, porém de modo subjetivo para que assim haja credibilidade e também que passe veracidade para os leitores. Nesse sentido Moraes; Prado, Araújo (2021, p. 36) complementa que: “Narrar é construir e edificar memórias. Atravessamos o tempo, articulamos lembranças e projeções ao encontrarmos-nos com o presente e no momento presente”.

Assim, a atividade de narrativa autobiográfica está permeada por um processo e ato formativo. Como destacou Bragança (2011), esse processo de aprender, ao passo que tecemos narrativas da vida e atividade docente, seja em processo de formação, seja já com experiência, está implicado do processo de conhecimento sobre si e de conhecer do ser e do fazer da docência

Portanto a narrativa autobiográfica como método de pesquisa principalmente foi de suma relevância, haja vista que, pude narrar todos os acontecimentos que vivenciei durante o estágio na Defensoria, observando o trabalho do pedagogo mais de perto e assim notando o quanto é importante sabermos as atribuições que o mesmo realiza nesse espaço e assim é fundamental para a formação.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da leitura de periódicos, livros, artigos e para a composição do trabalho, destacamos os seguintes autores: (BORGES, 2021), (GALLO; 2009), (MOREIRA; 2019), (PIMENTA; 2021), (RIBEIRO; 2010) que tratam sobre a formação do pedagogo; (SAVIANI, 2008), (SEVERO, 2021), (VASCONCELOS, 2012), (LDB 9394/96), PPC do curso de Pedagogia que abordam sobre estágio e o pedagogo nos espaços não escolares.

Em seguida foi realizada a pesquisa narrativa a partir da construção de narrativa autobiográfica a partir de minha experiência de estágio no espaço não-escolar realizado na Defensoria Pública de Tocantinópolis - TO, no curso de Pedagogia na UFT no Campus de Tocantinópolis, com a finalidade de verificar e refletir a respeito das atribuições do pedagogo na Defensoria e sua importância e desafios para a sua atuação. que será apresentado a seguir.

No que se refere a metodologia ao qual foi desenvolvida foi a narrativa autobiográfica que de acordo com o GEPEC *apud* Rodrigues e Prado (2014, p. 2) pode ser entendida:

Num memorial de formação, o autor é ao mesmo tempo escritor/narrador/personagem da sua história. De modo geral, podemos dizer que trata-se de um texto em que os acontecimentos são narrados geralmente na primeira pessoa do singular, numa sequência definida a partir das memórias e das escolhas do autor, para registrar a própria experiência e, como todo texto escrito, para produzir certos efeitos nos possíveis leitores [7].

Assim compreende-se que a narrativa autobiográfica possibilita aos pesquisadores que seja, escritor, narrador e personagens da história, tendo em vista que desenvolve essas três ações e trata-se de um texto que é narrado em primeira pessoa no singular e se estrutura partir das memórias e vivências do autor, sendo dessa maneira o principal responsável por sua experiência e colocando-a em exposição para outros terem a oportunidade de lerem.

Desse modo Prado, Soligo e Simas (2014, p.06) acrescentam a respeito da narrativa autobiográfica:

Além do que, o registro narrativo na primeira pessoa do singular tem outra especificidade que tende a ampliar a complexidade da escrita, pois a situação é de produção de um tipo de discurso autobiográfico. Quando é assim, indiscutivelmente aquele que escreve desempenha três papéis de sujeito a um só tempo: autor, escritor e personagem protagonista. E, ainda que possa sugerir ficção literária, este tipo de registro é uma escrita de si, datada, contextualizada, nascida de uma experiência pessoal sensível. O personagem, neste caso, protagoniza a cena em relação à experiência de pesquisador, à autoria do texto e à escrita que produz para „reter“ a narrativa e comunicar um conhecimento que considera válido. É sujeito em três perspectivas, portanto.

Portanto pode-se perceber que a narrativa autobiográfica assim como fora dita anteriormente em que o autor desempenha três funções de escrever, narrar e participar da história, pois trata-se uma produção em que o mesmo participa em todas as etapas e mais de forma atuante e sendo assim pondera-se que não é algo fácil tendo em vista que, foram experiências vivenciadas pelo autor e mediante isso ele pode optar por relatar aquilo que mais lhe chamou a atenção durante o caminho.

4.2 O *locus* do estudo/pesquisa: o estágio supervisionado em espaços não-escolar no curso de Pedagogia UFT – Tocantinópolis.

De acordo com o PPC o curso de Pedagogia no Câmpus de Tocantinópolis em seus 30 anos vem formando um número bem significativo de profissionais da educação, para atuarem na região tocantina e seu entorno, como também é todo território nacional. Ao passo que, também vem sofrendo muitas alterações e mudanças no decorrer dos anos, com a finalidade de melhorar os processos formativos de professores, bem como para atender o discurso da garantia da qualidade do ensino.

Atualmente a formação do pedagogo tem como centralidade a docência, porém pode atuar em outras funções pedagógicas na escola e em espaço não escolares. O pedagogo é definido pelo exercício de atividades docentes que compreendem funções do magistério na

Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas nos cursos de Ensino Médio na modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar. (BRASIL, 2006, p.01).

O curso tem carga horária de integralização mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, distribuído em tempo mínimo de nove semestres com componentes curriculares de 60/hrs ou 04 créditos. Dessa forma temos 400 horas de prática como componente curricular; 400 horas dedicadas ao estágio supervisionado em áreas específicas e distintas; 2.200 horas de atividades formativas e 200 horas de atividades teórico-prática.

Mediante isso o Estágio Supervisionado segundo o PPC (2019, p. 175) ‘é o tempo de aprendizagem que através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder a profissão’. Compreende-se que o estágio tem uma importante função na formação do pedagogo, pois contribui para o aprendizado da sua prática.

Assim as dimensões do Estágio são basicamente: observação do contexto de atuação profissional a fim de mapear a realidade em que irá se integrar; acompanhamento das atividades profissionais para as quais o aluno está sendo preparado ao longo do curso e elaboração e desenvolvimento de projeto de investigação e intervenção no campo de estágio, com o suporte de disciplinas práticas específicas de cada habilitação.

Dito essas palavras, a partir desse momento posso a narrar minhas experiências vivenciadas no decorrer do estágio supervisionado na Educação Infantil que aconteceu em 2019, mas com atenção especial a etapa do estágio em espaços não-escolares, ou seja, onde realizei na Defensoria Pública de Tocantinópolis- TO. O estágio é de fundamental importância para a formação do pedagogo, tendo em vista que passamos por muitos impasses, desafios que servem de estímulo para que possamos exercer nossa profissão com dedicação e êxito.

A disciplina de estágio no PPC de 2019 são distribuídas em observações, atividades práticas que resultaram no estágio, o mesmo ocorreu na Creche Municipal Maria de Lourdes, Pré-Escolar Santa Terezinha e Defensoria Pública, porém foi realizado o estágio do espaço não-escolar na Defensoria Pública. Ela teve como objetivo um amplo conhecimento acerca da educação infantil a partir da convivência com educandos, educadores e gestores. O estágio entra no currículo do Curso de Pedagogia para o futuro pedagogo colocar em prática a teoria aprendida no decorrer da sua formação.

A etapa escolar foi desenvolvida em uma creche pública da rede municipal de Tocantinópolis, que atende alunos de Berçário, Maternal I, Maternal II. Foi também realizada quatro horas na gestão onde pude observar o setor de documentação, organização,

planejamentos e estrutura do espaço. Seguindo teve outra etapa que foi realizada em sala de aula, onde foi aplicada as atividades de planejamentos, execução e brincadeiras, ou seja, a regência.

Outra parte da etapa escolar aconteceu numa escola na rede municipal de Tocantinópolis, sendo que o estágio nesse campo teve 04 horas de observação na gestão, 04 horas de observação na sala de aula, 06 horas de participação na gestão e 20 horas de regência totalizando 34 horas. Na gestão foi analisado o PPP da escola e como é o funcionamento da mesma. No que se refere a regência foi desenvolvida atividades de planejamentos e execução.

4.3 Minhas narrativas sobre o estágio supervisionado em espaços não-escolares

A escolha pela Defensoria se deu pelo fato de que é um lugar em que o pedagogo executa um trabalho interessante, diferentemente daquele que estamos acostumados a presenciar, ou seja, a escola e mediante isso foi o que me levou a estagiar nesse espaço.

O meu estágio no espaço não-escolar foi realizado na Defensoria Pública do Tocantins, polo de Tocantinópolis no dia 03 de outubro de 2019, na observação questioneei qual era a função do pedagogo. A mesma detém de uma boa estrutura física, ou seja, prédio em um bom estado de conservação com e se encontra em um ponto central da cidade, isto é, no centro, o que facilita a locomoção das pessoas que necessitam do atendimento. Cheguei na Defensoria às 08:00 da manhã e fui recepcionada pelo pedagogo responsável e mediante isso fui anotando todas as informações necessárias.

A intervenção que realizei foi justamente acompanhar o pedagogo da Defensoria em dois espaços e percebi que o pedagogo faz um acompanhamento de como as crianças estão nas escolas, com relação a frequência, quem acompanha nas reuniões se é o pai ou a mãe e dentre outros aspectos, ou seja, tudo que envolve a escola.

A primeira visita na Defensoria ocorreu em 2019 onde pude notar o trabalho do pedagogo, ou seja, as suas atribuições e funções que desempenha, sendo que a partir da observação constatei que é um ambiente tranquilo em que o mesmo pode analisar documentos e averiguar com atenção cada caso em particular. Por meio de questionamentos pude constatar os atributos e características que o pedagogo detém, tendo em vista que, isso foi fundamental para a compreensão do trabalho desenvolvido pelo mesmo.

Com relação as visitas nas escolas pude participar de duas. Acompanhei o pedagogo, pois o mesmo me convidou para acompanhá-lo em suas visitas e notei que ao chegar na escola ele se encaminha para a coordenação onde apresenta os nomes de alunos que estão com algum

problema, após isso senta-se com a coordenadora e faz alguns questionamentos referentes ao determinado educando. Lembrando que ele não faz visitas as famílias, ou seja, seu trabalho fica exclusivamente nas escolas.

A partir dessas visitas em que acompanhei o pedagogo nessas escolas constatei que o trabalho desenvolvido por ele depende de muito estudo, pesquisa e também deve dominar as leis, pois requer dos mesmo muitos argumentos, bem como apresentação de documentos que venham comprovar a sua fala, pois também realiza seus relatórios para apresentar ao defensor público.

Assim contata-se que é de suma importância o estágio nos espaços não-escolares, pois faz com que o futuro pedagogo conheça outros espaços de atuação, pois ainda temos a cultura de que o mesmo se limita apenas a sala de aula e tendo a oportunidade de estagiar na Defensoria pude notar que existe uma variedade de opções as quais o pedagogo pode se qualificar e trabalhar. Assim a Defensoria possibilita isso, ou seja, novas oportunidades de aprendizado e saberes que vão muito além de seguir a carreira docente, tendo em vista que, o trabalho nesse espaço tem como premissa o acompanhamento de alunos que apresentam algum problema que atrapalhe seu aprendizado na escola.

4.4 A atuação do Pedagogo em espaço não-escolar: Defensoria Pública como espaço de atuação do Pedagogo: aprendizados para a formação do pedagogo

A escolha em narrar minhas experiências como estagiária em Pedagogia na Defensoria Pública de Tocantinópolis, foi justamente pelo fato de que me despertou a curiosidade em saber e entender o trabalho que o mesmo realiza nesse espaço.

Com relação as minhas observações do referido espaço percebi que para que pudesse conhecer mais profundamente a organização era necessário que houvesse um caso específico para que assim pudesse fazer o acompanhamento e conhecer o trabalho que acontece na Defensoria, sendo que existe uma Brinquedoteca que é disponibilizada, caso o adulto esteja com criança, que é direcionada e supervisionada, por um pedagogo enquanto o Defensor está resolvendo o caso.

Falando mais especificamente da Brinquedoteca o pedagogo nos relata que com relação ao atendimento as crianças são recebidas no início da triagem dos atendimentos jurídicos, sendo as demandas espontâneas ou estimuladas. As crianças chegam até a brinquedoteca com seus responsáveis, são recebidas pelo pedagogo que estabelece uma comunicação inicial com a criança, baseada na identificação do profissional (pedagogo), identificação do espaço

(brinquedoteca, brinquedos, etc), na sequência estabelece-se o convite para o brincar, deixando a criança a vontade para conhecer o ambiente e praticar o lúdico.

No que se refere a relação com o pedagogo a brinquedoteca é um espaço dentro da Defensoria Pública destinado ao acolhimento das crianças, onde o tempo dela será destinado ao lúdico. O pedagogo é o profissional responsável por esse ambiente. A relação deste profissional com a criança é de suporte, de estímulo, é o facilitador das atividades lúdicas.

De acordo com a fala do pedagogo a Defensoria Pública do Tocantins é composta por uma Equipe Multidisciplinar, juntamente com o psicólogo e o assistente social. A relação com estes profissionais é baseada no estabelecimento do diálogo entre a pedagogia, a psicologia e o serviço social para a produção de relatórios pedagógicos. A relação com os Defensores Públicos e Analistas Jurídicos é de suporte para desenvolver os estudos que os auxiliarão em seus atendimentos jurídicos, assim podemos evidenciar que é um trabalho conjunto que busca pelo bem-estar das crianças que estão em alguma situação de conflito.

Os atendimentos ocorrem dentro do horário normal de atendimento da Defensoria Pública (08 as 12 horas e das 14 às 17 horas). Em média a permanência das crianças é de 1 hora e 30 minutos. As atividades desenvolvidas podem ser: leitura, colorir, jogos diversos (blocos, montagem, quebra cabeça, tabuleiro), uso de brinquedos (carros, bonecas, boliche, instrumentos musicais infantis, etc), fantoches, ou assistir vídeos.

Geralmente as atividades são livres, onde a criança pode transitar, escolher, utilizar os brinquedos, desenvolver atividades de forma espontânea. Somente quando necessário o pedagogo realiza intervenções ou participa das atividades, como por exemplo realizar leituras, brincar com os fantoches, participar de jogos ou indicar materiais para colorir, por exemplo.

O espaço da brinquedoteca possui o objetivo de permitir com que a criança exercite o lúdico, essa é a intencionalidade majoritária. Esse espaço não é utilizado por exemplo para observar o comportamento da criança ou colher informações para compor os relatórios psicossociopedagógicos, nem tampouco identificar problemas de desenvolvimento cognitivo ou corrigi-los. A realização de questionamentos restringe-se somente ao ato de brincar, onde a criança pode ser indagada quanto aos brinquedos e brincadeiras que deseja utilizar/realizar, por exemplo.

São atendidas crianças de 0 a 12 anos. Sendo que as crianças de 0 a 2 anos solicita-se quando possível a presença de alguém da família para apoio e melhor adaptação da criança ao espaço.

No que se refere a pergunta que o pedagogo faz à criança na brinquedoteca durante o atendimento, a intenção é ser um facilitador/estimulador para que o ato de brincar flua de forma

natural e tranquila. A brinquedoteca, apesar de estar no seio de uma instituição onde o cerne são as atividades jurídicas, tem por objetivo maior acolher e possibilitar o lúdico para as crianças, enquanto seus pais resolvem suas demandas jurídicas. Qualquer informação que se deseje obter com as crianças envolvidas nos atendimentos da Equipe Multidisciplinar, será adquirida por meio de estratégias específicas (entrevistas, aplicação de testes, etc.) e em outros espaços como casa, escola ou atendimentos agendados em outras salas da defensoria.

A partir das experiências que pude ter a oportunidade de vivenciar no estágio na Defensoria, percebi que o trabalho dos professores não se limita apenas na sala de aula, mas também está além dela, pois na atual situação em que se encontram as nossas escolas os educadores são os verdadeiros guerreiros, haja vista que, estão à frente de um sistema educacional falido que não dispõe de subsídios necessários para que possam desenvolver um bom trabalho com qualidade.

O estágio que realizei no espaço não-escolar na Defensoria Pública foi de extrema importância para minha formação, pois notei o quão dificultoso é o trabalho de um professor, além do mais tem que lidar com diferentes personalidades no seu dia-a-dia, com crianças de realidades totalmente divergentes uma da outra, o que de certa forma implica no desenvolvimento de um trabalho com resultados bem mais expressivos e significativos.

O estágio proporciona aos acadêmicos inúmeras possibilidades de aprendizagens, como por exemplo elaborar planos de aula, conhecer mais profundamente o ambiente escolar, ou seja, a dia-a-dia da sala de aula, pois esse momento se configura como o principal na trajetória do curso de Pedagogia para que se concretize na prática as teorias aprendidas dentro da sala de aula. Diante disso falar um pouco sobre esse momento nos faz pensar a importância que o estágio tem para o nosso entendimento a respeito de tudo que envolve a escola, tendo em vista que passamos por todos os ambientes que fazem parte de uma instituição escolar. Em relação especificamente ao estágio no espaço não-escolar ao qual realizei na Defensoria Pública oportunizou conhecer a realidade de algumas crianças de outra maneira, ou seja, de um lado judicial, onde as questões ultrapassam os muros da escola.

Assim poder ter a oportunidade de narrar a minha experiência do estágio em espaços não-escolares, foi algo que agregou muitos saberes e lembrar esse momento foi de suma importância para minha carreira docente. Tendo em vista que, o estágio é a prática da teoria que foi aprendida no decorrer do curso principalmente por vivenciar em um espaço que de certa forma é um tanto quanto pouco frequentado e pesquisado pelos acadêmicos e mediante isso foi uma vivência que certamente levarei comigo e contribuiu para a minha formação.

O estágio no espaço não-escolar contribuiu para que pudesse entender o trabalho que o mesmo realiza, sendo que acompanha as crianças em situações de vulnerabilidade e outros assuntos que se referem ou comprometem a segurança e a aprendizagem dos educandos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi discutido durante todo o trabalho monográfico, percebe-se o trabalho realizado pelo pedagogo nos espaços não-escolares possibilitam ao mesmo uma experiência maravilhosa, pois oportunizou conhecer as atribuições e o trabalho que o pedagogo desenvolve dentro desse espaço não-escolar tendo em vista que, nesse espaço existem inúmeras possibilidades de aprendizagens, como saber realmente a importância do pedagogo nesse espaço, conhecer a Defensoria com um outro olhar, ou seja, a partir de uma visão pedagógica e também contribuiu para minha compreensão sobre como esse trabalho se inicia e como finaliza.

Desse modo a pesquisa teve como objetivo compreender como se dá o trabalho do pedagogo em espaços-não-escolares, sua importância e desafios, a partir da narrativa autobiográfica, de vivências do estágio curricular na Defensoria pública do município de Tocantinópolis/TO, de uma pedagoga em formação. Dessa maneira acompanhamos e analisamos o trabalho e as atribuições que o pedagogo desenvolve nesse espaço e percebemos que o Pedagogo atua e pode atuar como um facilitador e acolhendo as famílias, pois orienta, acompanha e media as relações, sendo importante evidenciar a importância da Brinquedoteca que também faz parte do trabalho do pedagogo, ou seja, o auxilia nesse

Portanto elucidar sobre a importância do pedagogo no espaço não-escolar mais especificamente na Defensoria Pública de Tocantinópolis - TO, nos faz compreender as atribuições que o mesmo executa, tendo em vista que, o trabalho de um pedagogo como fora destacado no decorrer da pesquisa não se limita somente a sala de aula, visão infelizmente que muitas pessoas têm a respeito da Pedagogia que o profissional apenas seja professor e isso não ocorre, pois o pedagogo pode trabalhar nesses espaços não escolares, como hospitais, órgãos públicos e outros.

Nesse sentido tem-se muitos desafios no que se refere ao trabalho do pedagogo nesses espaços de imediato podemos citar a questão de falta de concursos para essas áreas em que se exige um pedagogo e isso dificulta a inserção do mesmo nesses espaços, bem como a falta de conhecimento da sociedade sobre essa atribuição do pedagogo que pode trabalhar em outros espaços

Desse modo podemos concluir que o pedagogo na Defensoria Pública de Tocantinópolis desenvolve um trabalho de acompanhamento das crianças, sendo que no que se refere a relação com o pedagogo a brinquedoteca é um espaço dentro da Defensoria Pública destinado ao acolhimento das crianças, onde o tempo dela será destinado ao lúdico. O pedagogo é o

profissional responsável por esse ambiente. A relação deste profissional com a criança é de suporte, de estímulo, é o facilitador das atividades lúdicas.

Assim pude concluir que as experiências que tive nesse espaço foram realmente muito significativas para perceber a dimensão da abrangência que o pedagogo pode atingir, pois essa carreira que por muitos é rejeitada e pouco valorizada, pode e alcança outros espaços além da sala de aula, sendo que o trabalho que o pedagogo desenvolve requer muitas pesquisas e acompanhamentos das crianças que são encaminhadas para a Defensoria Pública de Tocantinópolis -TO.

Diante disso poder ter a oportunidade de narrar a minha experiência do estágio em espaços não-escolares, foi algo que agregou muitos saberes e lembrar esse momento foi de suma importância para minha carreira docente. Tendo em vista que, o estágio é a prática da teoria que foi aprendida no decorrer do curso principalmente por vivenciar em um espaço que de certa forma é um tanto quanto pouco frequentado e pesquisado pelos acadêmicos e mediante isso foi uma vivência que certamente levarei comigo e contribuiu para a minha formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Luciana Haddad. **Paradigma Indiciário**: abordagem narrativa de investigação no contexto da formação docente. *Educar em Revista*, 2021.
- BORGES, Kátia Fernanda de O. SALERNO, Sônia Kfourir. RISSE, Lorena M. Santos Monteiro, Renata Karolyne. **O Curso de Pedagogia e o Pedagogo**: reflexões sobre a sua identidade. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25098_12177.pdf (bruc.com.br). Acesso em: 20/06/2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB** LEI n. 9.394 de 20 de dezembro 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm . Acesso em: 14/06/2021
- DECRETO- Lei 9092/46. **Amplia o regime didático das faculdades e dá outras providências**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf Acesso em: 115/06/21
- FILHO, Agnaldo Pedro Santos. O estágio supervisionado e a sua importância na formação docente. *Revista P@rtes*. Disponível em: <http://www.partes.com.br/educacao/estagio-supervisionado.asp>. Acesso em: 15/01/2022.
- GALLO, Mariana S.C. **A história da formação de pedagogos no curso de Pedagogia**: um debate identitário. *Anais, EDUCERE*, 9, PUCPR, 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere2009/anaispdf>. Acesso em: 19/06/2021.
- LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos**: inquietações e buscas. *Educar em Revista*, n. 17, 2001. Curitiba: UFPR. p. 153-176.
- MOREIRA, Adriele de Lima. FREITAS Maria Cecília Martínez Amaro. **Pedagogia em espaços não escolares e suas principais funções**. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox?projector=1>. Acesso: 05/06/2021.
- PIMENTA, Selma Garrido; GONÇALVES, C. L. **Reverendo o ensino de 2º grau, propondo a formação do professor**. São Paulo: Cortez, 1990
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**: questões e propostas. 4ª São Paulo: Cortez, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 5º ed. São Paulo, Cortez: 2010.

PIMENTA, S. G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortes, 2021.

PPP. Projeto **Político Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Campus de Tocantinópolis. Abril/2007.

PPC. **Projeto Político do Curso de Pedagogia da UFT Campus de Tocantinópolis**. 2007. Disponível em: [https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/4IW3vFbDRbCxqdXZdm6x7Q/content/06-007%2020PPP%20Pedagogia%20Tocantin %C3 %B3polis.pdf](https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/4IW3vFbDRbCxqdXZdm6x7Q/content/06-007%2020PPP%20Pedagogia%20Tocantin%20%20B3polis.pdf). Acesso em: 29/06/2022.

PRADO, Guilherme do Vla Toledo. RODRIGUES, Nara Caetano. **Narrativa Autobiográfica: um jeito outro de fazer pesquisa qualitativa da educação**. Investigação Qualitativa em Educação. Vol. 1.

PRADO, Guilherme do Vla Toledo. SOLIGO, Rosaura. SIMAS, Vanessa França. **Pesquisa Narrativa em três dimensões**. Congresso Internacional de Pesquisa Auto Biográfica. Modos de Viver, Narrar e Guardar. (6; 2014. Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Mônica L; MIRANDA; Maria I. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para O Curso De Pedagogia: análise histórica e política**. V Simpósio Internacional: o Estado e as Políticas Educacionais no tempo presente. Anais UFU, Uberlândia, 2009. Disponível em: < <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/EC13.pdf>> Acesso em: 16/06/21.

ROSA, Sandra Valéria Limonta. SILVA, Carlos Cardoso. **Formação de professores para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Curso de Pedagogia: reflexões sobre a Didática e o Estágio Supervisionado**. In: SILVA Carlos Cardoso ; ROSA, Sandra Valéria Limonta. Anos Iniciais do Ensino Fundamental : Política, Gestão. Formação de professores e Ensino. Mercados das letras, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **O curso de Pedagogia e a formação de educadores**. Perspectiva, Florianópolis, v. 26, n. 2, 641-660, jul./dez. 2008.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. **Sobre Pedagogia e pedagogos em espaços não escolares: apontamentos desde uma síntese de investigação empírica**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 978-995, jul./set. 2017. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em: 20/06/2021.

SCHEIBE, Leda; DURLI, Zenilde. **Curso De Pedagogia No Brasil: olhando o passado compreendendo o presente**. Revista Educação em Foco UEMG. Ano 14- n. 17 – julho 2011- p. 79-109. Disponível em: < <http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/104>> Acesso em: 13/06/2021.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **Estágio em contextos não escolares**. UERJ. Volume único. Rio de Janeiro. Fundação CECIRJ, 2012